

revista

TRT 10ª REGIÃO

RAFAELA ALBUQUERQUE

REVISTA INFORMATIVA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO - Nº 25 - AGOSTO/2010 - DISTRIBUIÇÃO

Desembargadora e Ouvidora Elaine Vasconcelos, vice-presidente do TRT da 10ª Região

Conhecendo a Ouvidoria

Impresso Especial

9912231313/2009-DR/BSB
TRT 10ª REGIÃO
...CORREIOS...



9912231313/2009-DR/BSB
TRT 10ª REGIÃO

Espaço do Presidente



RAFAELA ALBUQUERQUE

Amigos da Décima Região, chegamos à revista de julho e o destaque da presente edição é a Ouvidoria. A sua implantação ocorreu na gestão da desembargadora Terezinha Kneipp após iniciativa da AMATRA-X. Conduzida atualmente

pela desembargadora Vice-Presidente Elaine Vasconcelos, a unidade vem prestando um relevante serviço à Décima Região ao longo dessa década. Mecanismo de contato direto permite que magistrados, advogados, servidores e partes interfiram diretamente na administração da Corte, prestigiando os princípios da transparência, efetividade e celeridade.

Assim, reforço o convite para participarem do Dia da Ouvidoria, nos dias 2 e 3 de

setembro, inicialmente, no Foro de Brasília.

A Revista consigna notícias também, como não poderia deixar de ser, acerca do planejamento estratégico. Estamos caminhando e me perdoem a redundância, na forma como planejado. Os gestores já entregaram os seus projetos. Acompanhe. Maiores informações estão disponibilizadas no “portal estratégico” na nossa página.

Convido, ainda, todos a se engajarem nas ações do tribunal promovidas pela Escola Judicial, AMATRA e ASDR, rotineiramente divulgadas.

Por fim, emocionado com a sessão plenária de 4 de agosto último, uma reflexão para os colegas que se aposentaram: “Quando tiveres cumprido o teu dever, resta-te ainda outro: mostrares-te satisfeito” (Goethe)

Tenham todos uma ótima leitura.

Saúde e paz, sempre!

Ricardo Machado

Presidente e Corregedor do TRT-10

Juízes de 1º grau fazem curso em administração de vara do trabalho

Com o intuito de aprimorar o trabalho desenvolvido pelas varas do trabalho, 34 juízes de primeiro grau da Décima Região participam do Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho, na modalidade ensino a distância, promovido pela Escola Nacional de Magistrados do Trabalho, a ENAMAT.

O curso será no período de 13 de setembro a 27 de novembro, em dois grupos, com 40 horas/aula cada um. Segundo o diretor da ENAMAT, ministro Antônio José de Barros Levenhagen, em ofício encaminhado ao tribunal, “o objetivo é o treinamento de 800 magistrados, entre juízes titulares e substitutos, até o final de 2010”. A princípio, seriam 23 vagas destinadas aos magistrados do TRT10, mas 34 juízes fizeram o pedido de inscrição, motivando o presidente, desembargador Ricardo Machado, a reivindicar, pessoalmente, mais vagas, o que foi atendido pelo ministro Barros Levenhagen.

São temas do curso: gestão das organizações, gestão pública, gestão judiciária, gestão de varas do trabalho, gestão de pessoas, recursos materiais e processos de trabalho em varas do trabalho.

Adquirir novas competências profissionais e desenvolver as competências já adquiridas na área de gestão de varas do trabalho estão entre os objetivos do treinamento, bem como o aprendizado de como gerir eficientemente os processos de trabalho e judiciais, além do seu quadro de pessoal, com ênfase na liderança e motivação dos servidores, sem esquecer da gestão dos recursos materiais existentes.

Participam do curso os seguintes magistrados

13/9 a 6/11 - Mauro Santos de Oliveira

Goes - titular da 1ª VT/DF, Alexandre de Azevedo Silva - titular da 1ª VT/ Palmas-TO, Antônio Umberto de Souza Júnior - titular da 6ª VT/DF, José Leone Cordeiro Leite - titular da 13ª VT/DF, Paulo Henrique Blair de Oliveira - titular da 17ª VT/DF, Grijalbo Fernandes Coutinho - titular da 19ª VT/DF, Rubens Curado Silveira - titular da VT/ Guaraí-TO e os juízes substitutos: Rosarita Machado de Carros Caron, Silvia Mariózi dos Santos, Idalia Rosa da Silva, Mônica Ramos Emery, Martha Franco de Azevedo, Reinaldo Martini, Daniel Izidoro Calabré Queiroga,

4/10 a 27/11 - Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas - titular da 1ª VT/DF, Noemia Aparecida Garcia Porto - titular da 2ª VT/ Araguaína-TO, Denilson Bandeira Coêlho - titular da 4ª VT/DF, Elisângela Smolareck - titular da 5ª VT/DF, Oswaldo Florêncio Neme Júnior - titular da 7ª VT/DF, Sandra Nara Bernardo Silva - titular 10ª VT/DF, Luiz Fausto Marinho de Medeiros - titular da 16ª VT/DF, João Luís Rocha Sampaio - titular da 18ª VT/DF, Marli Lopes da Costa de Goés Nogueira - titular da 20ª VT/DF, Elke Doris Just - titular da 21ª VT/DF, Luiz Henrique Marques da Rocha - titular VT/Gama-DF, Erasmo Messias de Moura Fé - titular da VT/ Gurupi-TO, Márcio Roberto Andrade Brito - titular da VT/ Vara do Trabalho de Diápolis-TO e os juízes substitutos: Solange Barbuscia de Cerqueira Godoy, Flávia Fragale Martins Pepino, Naiana Carapeba Nery de Oliveira, Larissa Lizita Lobo Silveira, Rubens de Azevedo Marques Corbo, Thais Bernanrdes Camilo Rocha e Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim.

Mês de homenagens aos pais



O mês de agosto é o mês dos pais. O TRT10 prestou uma homenagem a todos os pais servidores, terceirizados e estagiários e distribuiu uma singela lembrança comestível aos servidores, um delicioso *brownie*. A homenagem ocorreu em todos os prédios do TRT10, incluindo Tocantins, local onde se localizam o Foro de Palmas, Araguaína, Gurupi, Dianópolis e Guaraí.

No edifício da 916 norte, em Brasília, onde funcionam o almoxarifado e setores como cadastro de bens, material e patrimônio, a homenagem foi muito bem recebida. É o caso dos servidores Alexandre Guimarães, Rodrigo Araújo,

Antônio Gomes e Moisés Sampaio.

Dados da Diretoria de Pessoal apontam que existem, em atividade, cerca de 473 pais no tribunal. Já os pais aposentados, somam 118. Os pais terceirizados totalizam 83.

Foram distribuídas cerca de 700 lembranças. Em alguns casos, a entrega foi feita pelo correio, especialmente para os magistrados e servidores aposentados que residem fora de Brasília.

Se você é pai e não recebeu a sua lembrança, entre em contato com a Comunicação Social, pelos ramal 1402. A homenagem contou com o apoio da ASDR e da Credijustra.

Projetos Estratégicos: fase inicial está sendo concluída

Uma fase fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos do TRT10 está sendo finalizada. São as definições que se consolidaram em "planos de projeto". Elaborar esses documentos foi a tarefa das equipes dos projetos estratégicos nos últimos dois meses.

Os planos de projeto foram entregues no fim de julho para análise e aprovação do Comitê de Gestão Estratégica-CGE, que se reunirá no dia 18 de agosto.

Essa fase inicial foi um importante exercício de planejamento, pois as equipes se viram no papel de pensar o projeto ao longo do tempo, levando em conta os recursos disponíveis e os limites do que poderia ser alcançado. Há, ainda, muito a ser percorrido em termos de definições, especialmente no que diz respeito às iniciativas previstas, principalmente porque os projetos estratégicos precisam "conversar" entre si, pois sempre existem as interfaces e as relações de interdependência entre as atividades. Entretanto, as bases de cada projeto já estão lançadas.

A importância dessa etapa é ainda

maior porque as ações estratégicas são impulsionadas a partir dos projetos. Na prática, são eles que fazem o planejamento estratégico acontecer. Além disso, a fase de elaborar os planos de projeto traz um significativo aprendizado para uma nova cultura de gestão - que inclui o momento de parar para planejar.

Muitas ações já estão programadas para o 2º semestre de 2010. Alguns exemplos: o Projeto Integração Estratégica vai dar início a discussões nas unidades de trabalho sobre as contribuições concretas ao plano estratégico. O Projeto Racionalizando está fazendo estudos para otimizar os procedimentos de trabalho nas Varas do Trabalho e promoverá um seminário de grande porte até novembro sobre o tema. O Projeto Comunicação 10 realizará um diagnóstico sobre os fatores que podem melhorar a comunicação interna no Tribunal.

As versões 1.0 dos planos de projeto estão disponíveis no portal de gestão estratégica do TRT 10. A participação é um valor estratégico! Ideias e sugestões são bem-vindas sempre.



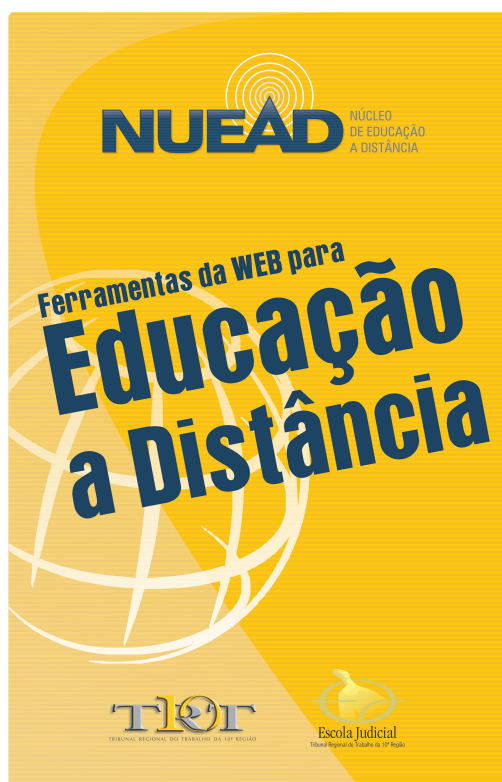
CSJT adota curso do EAD

Curso virtual da Escola Judicial do TRT 10 é escolhido para Projeto Nacional de Capacitação

O Curso "Ferramentas da WEB para Educação a Distância (EaD)" produzido pela Escola Judicial da 10ª Região foi escolhido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para fazer parte de um banco de cursos virtuais, à disposição de todos os Tribunais Regionais e o TST. A iniciativa já conta com alguns cursos, como E-Calc elaborado pela 20ª Região, e o Br Office, da 18ª Região.

"Antes de disponibilizar o curso a outros tribunais, vamos realizar o treinamento com mais uma turma da 10ª Região para os últimos ajustes", revela Danilo Batista Correia, chefe do Núcleo de Educação a Distância. Ferramentas da WEB para EaD é um curso introdutório voltado principalmente para o público que está começando a estudar por meio do computador. As aulas têm como tema configuração de e-mail, fórum, compactação de arquivos, e outras atividades necessárias para a aprendizagem on-line.

A nova turma está prevista para setembro e contará com vagas limitadas.





Obras dos Foros avançam no Tocantins

Os Foros de Araguaína e Dianópolis vão estar de casa nova em breve. As obras estão em fase de fundação. Segundo o coordenador de infraestrutura do TRT10, o arquiteto Sérgio Brandão, “a grande diferença é que agora as novas sedes vão funcionar em prédios especificamente projetados para abrigar as instalações da Justiça do Trabalho”.

Ele comenta que no caso do Foro de Araguaína, o prédio, embora próprio, era originalmente uma residência, que não conseguia mais atender às necessidades do TRT. “São duas varas funcionando no Foro, com uma demanda crescente”. A

previsão de entrega do novo edifício é para o primeiro semestre de 2012.

Já Dianópolis, com uma vara apenas, terá uma estrutura menor e deverá ter a obra concluída em meados de 2011. Dos recursos da União, foram gastos, até agora, R\$60 mil.

Sérgio comenta que “todas as duas obras se encaixam numa nova mentalidade do Tribunal, pois prevêem uma maior interação do Tribunal com a sociedade. Elas têm espaço para isso”.

O terreno de Dianópolis tem 1006 m² e Araguaína mede 4200 m².



Ouvidoria: o seu espaço



De acordo com o dicionário Michalis, ouvidor ou “ombudsman” (termo geralmente utilizado na iniciativa privada), é a pessoa designada para receber e investigar reclamações dos cidadãos. Na esfera pública, os papéis exercidos pelas Ouvidorias têm contribuído para o aprimoramento das instituições.

Cidadãos, operadores do Direito e colaboradores das instituições públicas recorrem, sempre que necessário ao ouvidor que, de forma independente, imparcial e autônoma atua como facilitador nos processos encurtando os

caminhos até o atendimento do manifestante. Mais que um canal de comunicação, a Ouvidoria judiciária tem se mostrado um canal de facilitação.

Encaminhar a manifestação, buscar soluções e principalmente, estabelecer parcerias fortes com as pessoas que efetivamente resolverão a questão fazem parte do trabalho do ouvidor.

Desde março, o TRT10 tem nova ouvidora. A desembargadora e vice-presidente Elaine Vasconcelos abraçou a atividade e já tem planos para este ano.

REVISTA - Como a senhora vê o papel do ouvidor magistrado no TRT10?

DES. ELAINE VASCONCELOS

- As Ouvidorias surgiram da necessidade do cidadão estar mais próximo das organizações. Como serviço de pós-atendimento, seu trabalho não se confunde com o dos advogados, promotores e magistrados, pois presta-se ao acolhimento da opinião do jurisdicionado acerca dos serviços prestados pelo Tribunal e busca a melhoria desses serviços, por meio de um processo gerador de mudanças que beneficiam tanto o usuário como o Tribunal.

Nesse sentido, o magistrado possui várias características que auxiliam no exercício do papel de ouvidor. A im-

parcialidade, o conhecimento jurídico, a experiência na prestação jurisdicional e o livre acesso às áreas administrativas e judiciárias contribuem para uma maior celeridade na análise e resolução das manifestações que chegam à Ouvidoria.

A atividade da Ouvidoria torna a Justiça mais transparente e próxima do cidadão e visa colaborar para elevar o nível de excelência das atividades necessárias à prestação jurisdicional e à administração do tribunal. Isto porque faz parte do papel do ouvidor sugerir medidas de aprimoramento e buscar soluções para os problemas apontados.

Importa ressaltar que o ouvidor não funciona sozinho. A Ouvidoria só pode ter confiabilidade na medida em que a instituição como um todo compre-

ende a sua finalidade na preservação do processo democrático, que inclui a livre manifestação dos cidadãos. Para tal mister, todos nós estamos sujeitos a receber críticas, sugestões e até mesmo sofrer denúncias.

Aliás, é isto que está consignado no termo de abertura da página da Ouvidoria na intranet do TRT10: “os elos legitimam o trabalho desenvolvido no seu setor e ajudam a manter a credibilidade da instituição”.

É muito importante que os elos – pessoas destacadas em cada unidade funcional para responder e dar encaminhamento às demandas oriundas da Ouvidoria – recebam as manifestações com o espírito aberto, e possam entendê-las como uma possibilidade de melhorar seu atendimento ao cidadão.

REVISTA - Quem pode recorrer à Ouvidoria? Como falar com a ouvidora?

DES. ELAINE VASCONCELOS - A Ouvidoria é um canal de comunicação. E como tal, pode ser acessada por todos os interessados: jurisdicionados, sociedade como um todo, magistrados, servidores, prestadores de serviços da

Justiça Trabalhista e bolsistas. Todo o nosso público externo e interno.

As ouvidorias públicas foram pensadas e institucionalizadas para o cidadão, a fim de que as amarras dos trâmites burocráticos possam ser desfeitas através de um atendimento simples e ágil.

Por isso, o cidadão pode se dirigir à Ouvidoria por vários meios: telefone, urnas disponíveis nos prédios da Justiça Trabalhista, e por meios eletrônicos disponíveis no sítio do TRT10 na internet. Aliás, estes últimos são os mais utilizados. E não podemos deixar de citar a possibilidade de o cidadão buscar a Ouvidoria pessoalmente.

REVISTA - No dia 3 de setembro, a senhora vai receber os cidadãos no Foro de Brasília. É uma experiência nova na Décima Região. Quais as expectativas da senhora para este evento?

DES. ELAINE VASCONCELOS - As melhores! Espero ter uma agenda cheia! O objetivo é que o cidadão brasileiro possa efetivamente se encaminhar à Ouvidoria e deduzir as suas aflições.



A Ouvidoria em busca da Excelência

2 de setembro

Palestra às 17h

Ouvidoria: Aproximação, Aprimoramento e Legitimação

Palestrante: Delano Ferraz
Ex-Ouvidor Geral do Ministério da Fazenda

18h30 - Coquetel

Local: Auditório Ministro Coqueijo Costa
Foro Trabalhista de Brasília
Av. W3 Norte, Quadra 513, Lotes 2/3

Público - Magistrados e Servidores da Justiça do Trabalho no DF

3 de setembro

Um dia com a Ouvidora

Audiências individuais com a Ouvidora do TRT10ª Região
desembargadora Elaine Vasconcelos

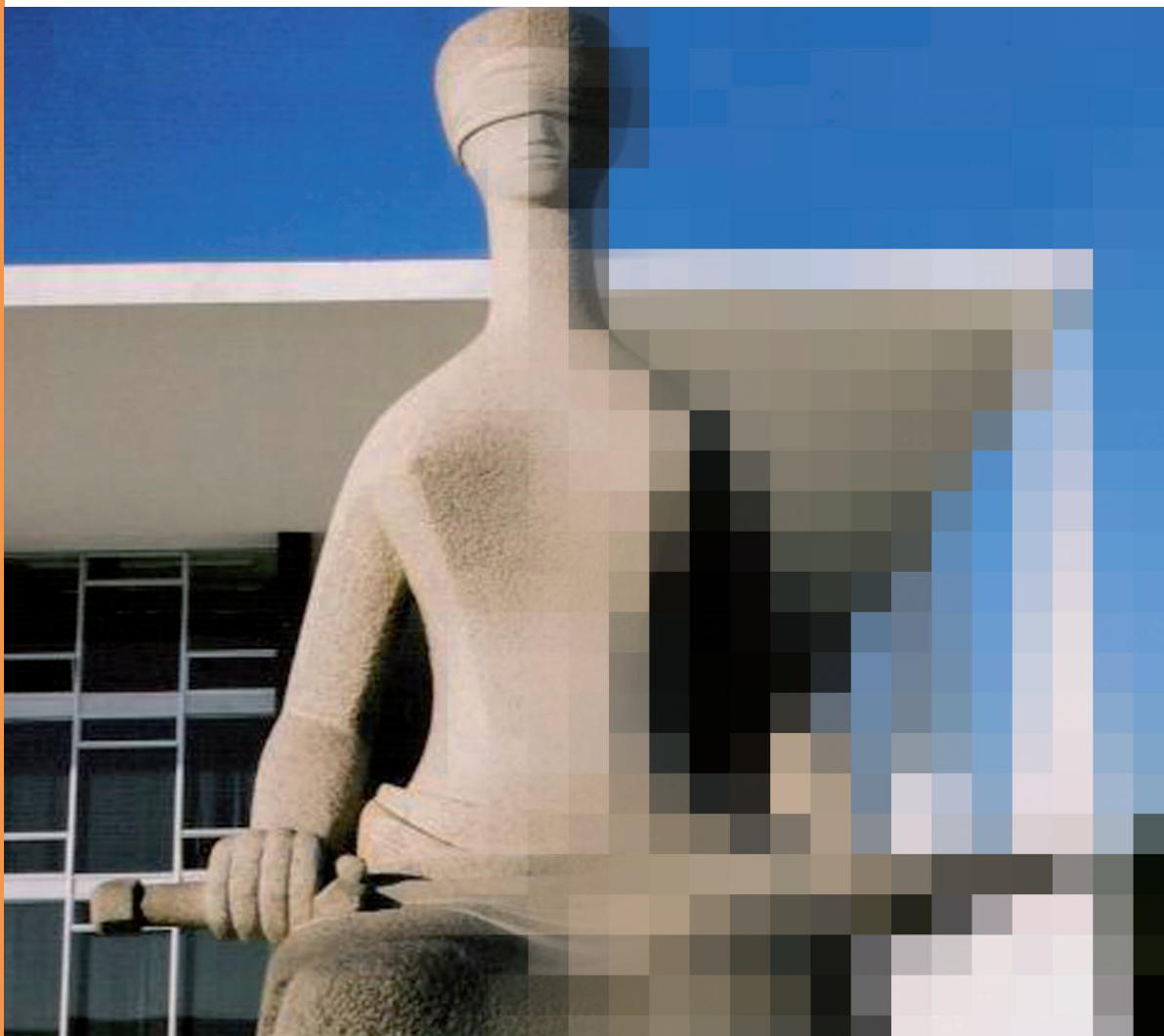
9h às 18h

Local: Foro Trabalhista de Brasília/DF
Av. W3 Norte, Quadra 513, Lotes 2/3

Agende seu horário até o dia 2/9
pelos telefones: 3348.1402 e 3348-1225

Público - Sociedade do Distrito Federal.

TRT10 se prepara para a era da digitalização



A utilização de novas tecnologias, juntamente com a digitalização de processos e sua disponibilidade na rede mundial de computadores, fazem parte da tendência à modernização do Judiciário, e o TRT10 já está inserido nesta realidade. Os arquivos virtuais facilitam o acesso das partes e advogados, que agora podem fazer as consultas sem a necessidade de locomoção. A Vara do Gama e de Palmas foram as escolhidas para serem piloto do sistema e já iniciaram a digitalização de peças processuais para a disponibilização na internet. "O que o Tribunal está fazendo é o início da virtualização integral dos processos. As partes podem apenas consultá-los, mas ainda não interagem com o sistema", explica Marco Aurélio, diretor-geral judiciário do TRT10.

No início do mês de julho, o TRT10 atendeu ao pedido do titular da Vara do Trabalho de Dianópolis, juiz Márcio Roberto de Brito, e já começou a estender os trabalhos de digitalização processual para aquela cidade.

Trata-se de mais uma vara a integrar o Projeto Virtualizando, um dos 10 projetos estratégicos do Tribunal, que visa a digitalização de todos os processos judiciais para o preparo da implantação do processo eletrônico. "Futuramente não existirá

mais a papelada dos processos, as varas vão trabalhar apenas com o trâmite em formato digital", conclui Vander Luiz da Conceição, diretor de sistemas do TRT10.

A remessa de processos pelo sistema eletrônico será obrigatória a partir do dia 2 de agosto. Esse é o teor do Ato Conjunto nº 10/2010, publicado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), no dia 28 de junho. Ele determina que os Tribunais Regionais do Trabalho transmitam as peças processuais digitalizadas ou produzidas em ambiente eletrônico, por meio do Sistema de Remessa de Peças Processuais, conhecido por e-Remessa, sem a necessidade dos documentos impressos.

O TRT10 foi um dos precursores nesta transmissão digital de agravos de instrumento e recursos de revista ao TST. A entrega de processos digitalizados já era realizada, juntamente com as peças processuais físicas, desde o segundo semestre de 2008.

Segundo o TST, a economia entre despesas com correios, mão de obra terceirizada, mensageiros, grampos, papéis e outros materiais diretamente relacionados à existência de processos físicos pode chegar a R\$ 11 milhões.

Denir Alves dos Santos

“Ser avó é a coisa mais sublime do mundo. É ser mãe duas vezes, é botar mimo nos netos. É cuidar, é amar”, afirma a servidora aposenta Denir, 57. Ela dá o tom da principal atividade que exerce após a aposentadoria, cuidar dos filhos e netos. Uma rotina muito prazerosa, revela.

Aposentada desde agosto de 2009, Denir é natural da cidade de Apucarana, no Paraná. Chegou em Brasília com apenas oito anos de idade, em 1960. “Na época, morávamos em um acampamento, com muito mato. A cidade estava nascendo”, diz. Trabalhou em vários setores no Tribunal, entre os quais o setor de pagamento, nas 7ª e 15ª Varas, na 1ª turma e por fim na Comunicação Social. “Quando eu cheguei no Tribunal não tinha mesa, cadeira, estava tudo começando ainda”, lembra.

Mesmo com todo o tempo disponível, ainda surge um certo saudosismo quando se pega dizendo: “eu ainda preferiria estar trabalhando. Às vezes, me arrependo de estar aposentada, porque o tempo ocioso é muito grande, principalmente se comparado com a época em que trabalhava”. Por isso, Denir deixa um conselho valioso para quem pensa em se aposentar: “faça



um balanço da vida profissional e na vida pessoal. Não estacione, pois a mudança é muito grande”.

Mesmo com a aposentadoria, Denir, 57, tem projetos, como a de abrir uma empresa de promoção de eventos, “quem sabe?”, brinca. Gosto muito de trabalhar com pessoas!

Daqui, fica o carinho dos colegas que reconhecem o quanto a colega se dedicou ao tribunal.

Boa sorte, Denir!

OLIMPIADAS

ASDR



6 a 13
de novembro
de 2010
em Recife-PE

INSCRIÇÕES ABERTAS
Informações pelo
fone 3348-1610



A Olimpíada é exclusiva
para associados da
ASDR e ANASTRA

Elke Doris Just

Elke Doris Just é daquelas pessoas que transmitem alegria, seja pelo sorriso contagiante ou pela forma de atuar como juíza. Talvez, por isso, a sua equipe de trabalho só lhe faça elogios. Natural de Belo Horizonte, tomou posse como juíza em 1992, aos 27 anos, no TRT10. "A magistratura é um opção profissional decorrente da experiência, do amadurecimento", revela.

Juíza Titular da 21ª Vara do Trabalho de Brasília, Elke Doris foi diretora do Foro de Brasília até 2010, tendo ali exercido importante papel, especialmente na transferência das instalações para o atual endereço. "Vivenciei um período de mudança que me fez compreender muito da administração. O nosso Tribunal sempre dedicou muita atenção ao primeiro grau", ressalta.

Como diretora do Foro, centrou sua gestão na valorização dos servidores, tendo participado da elaboração de um inédito projeto de pesquisa de levantamento das condições de trabalho, cujo resultado serviu de subsídio para a solução das inúmeras demandas do Foro. O trabalho contou com a participação de estudantes e pesquisadores da UnB, além de setores do Tribunal. "Acho que o trabalho de auto-conhecimento é permanente em qualquer setor da administração", pondera.

Há 18 anos em Brasília, considera-se inteiramente adaptada à cidade. "Brasília é reconhecidamente um lugar que oferece uma excelente qualidade de vida", elogia. Além disso, "o TRT10 é muito acolhedor, de modo que quem vem para a Décima Região acaba fazendo parte de uma grande família".



Sobre o trabalho que realiza, é categórica: "gosto muito do que eu faço, não economizo tempo no meu trabalho, me envolvo, pois faço com prazer". Além do prazer de trabalhar, causa-lhe muita satisfação a boa convivência com as pessoas, em especial familiares e amigos. Suas horas de lazer são dedicadas a fotografar, arte que a apaixonou, e a cuidar de plantas.

Questionada sobre o que faria, caso não fosse juíza, diz: "o critério da satisfação, na escolha profissional, deve estar à frente, antes de tudo. Eu acho que poderia fazer muitas outras coisas, mas teria que ser, necessariamente, algo que me fosse agradável e prazeroso, pois só assim seria bem feito. A vida oferece às pessoas a oportunidade de fazer algo e, desde que a pessoa faça o de que goste, ela sempre terá um caminho para a felicidade".

Comunicado

A Semana da Saúde vai mudar! Vamos rever tudo: formato, duração, conteúdo e alinhamento estratégico. Para fazer um evento cada vez melhor, a Coordenadoria de Saúde adiou a XIX Semana da Saúde. Em breve, pesquisa de opinião. Aguarde!



**COORDENADORIA
DE SAÚDE**

○ Rubens Corbo

Rubão, como é carinhosamente conhecido pelos colegas, é natural de São Paulo. Ele desembarcou na capital aos 37 anos, quando foi aprovado para o concurso de juiz do trabalho do TRT10. Seu trabalho na Justiça começou bem mais cedo. Aos 18 anos prestou concurso para o cargo agente de portaria do TRT de São Paulo, tendo atuado nas funções de auxiliar de gráfica, atendimento em secretaria de Vara, dentre outros. “Era mais conhecido do que moeda de dez centavos”, brinca.

O direito, todavia, veio muito mais tarde. “Nessa época, embora trabalhasse no Judiciário, eu alimentava uma visão anarquista, nascida de meu encontro com Raul Seixas, em minha adolescência, e aprofundada por Wilhem Reich, quando cursei a faculdade de psicologia. Com essa herança intelectual, a visão que alimentava do direito, do Judiciário e do próprio Estado não poderia ser positiva, de sorte que corria do direito como o diabo da cruz. Eu pensava: como é que um sujeito que não conhece a verdade pode decidir a vida dos outros, já que ninguém sabe a verdade”, refletia.

O encontro com o direito ocorreu na Universidade São Judas Tadeu, em São Paulo, época em que questionava suas concepções anarquistas. “A pedra angular do pensamento anarquista está em pressupor uma ordem que emana espontaneamente, que é dada ao homem, de sorte que a sociedade poderia existir sem necessidade da figura de autoridade ou de uma organização política. O curso de Direito me obrigou a encarar a ‘utopia’ e rever esta pressuposição.”, afirma. Segundo ele, se há a possibilidade de uma convivência harmônica entre os homens, se há um Direito e se há justiça, por certo não emanam da natureza nem da graça divina, mas hão de ser construídos pelo homem. “Nesta perspectiva, o Direito e o Estado passam a ser vistos como uma construção humana, como instrumento pelo qual o homem se faz no mundo. E esta visão, para mim, foi apaixonante”.

Ainda solteiro, na Capital Federal, conheceu sua esposa, Arlete, servidora do TRT10. Após um ano, se casou. Sua primeira atuação como



juiz foi na 8ª Vara de Brasília. Lembra com gratidão da audiência inaugural, que tinha como secretário o servidor Marcelo. “Nunca tinha feito uma audiência, o secretário de audiência é a nossa melhor âncora, um salva-vidas”, agradece.

O juiz paulista se diz autêntico. “Você vai ouvir de mim qualquer coisa que eu tenha que dizer, não mando recado.” Rubens afirma que é bastante exigente consigo. “Sou muito dedicado ao trabalho, gosto de chegar cedo no gabinete. Nem por isso, valorizo menos o lar. Não gosto de levar trabalho para casa, apesar de, não raramente, ser inevitável o trabalho nos fins de semana. Em casa, o magistrado cultiva o hobby de assistir seriados, junto com a esposa. O vinho do Porto e o cachimbo também são companheiros inseparáveis nas horas vagas.

Rubens já foi professor de psicologia jurídica e de direito. Apesar de gostar de dar aulas, afirma que a atividade jurisdicional é incompatível com outras funções. “Dar aula toma muito tempo. Resolvi parar e me dedicar somente à magistratura. Sobre o TRT10, afirma que gostou do contato com os juízes daqui. “Brasília, ainda hoje, une a coisa da capital e a coisa interiorana”, comenta. Sobre a atividade jurisdicional conclui que “a liberdade de consciência é o que lhe atrai na carreira da magistratura.”

EMPRÉSTIMOS ?

rápido, sem burocracia
e com as menores taxas
só a **Credijustra** tem pra você.

